

## RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

— Dependência ou complementaridade ?

por

OCTAVIO H. RIBEIRO DE MEDEIROS \*

### ABSTRACT

*The dichotomy rural/urban which prevailed until recently in functionalist and Marxist sociological analyses was excessively polarized. The increasing communication between rural and urban settings has made such polarization even more obsolete and the term «rurbanization» captures more accurately the present scenario. In the Azores, the trend toward rurbanisation is also noticeable as our survey has shown.*

*A continuous attraction of the city over the rural areas, though in diminishing in numbers, still takes place, but an increase in the level of communication between both settings is also taking form. The study shows, however, an easier integration in city life than expected, particularly among women. Contrary to what was expected, the anonymity of city life does not surface as a perceived trait among the immigrants from the rural areas.*

---

\* Assistente da Universidade dos Açores.

A concepção dicotômica urbano/rural, bastante usada pela sociologia como instrumento de análise está, de algum tempo a esta parte, a ser posta em questão, a favor de uma concepção de «continuum».

Assim, quer na sociologia rural quer na urbana, vem-se generalizando o consenso de que «não deve atribuir-se a essa dicotomia um valor interpretativo, podendo, quando muito, aceitar-se como uma forma convencional de agregar as questões»<sup>1</sup>.

O ritmo acelerado a que se tem processado a mudança social, sobretudo com a difusão da tecnologia moderna, tem contribuído para o questionamento da dicotomia e para o desmoronar de alguns «arquétipos» e «esteriotipos» do urbano e do rural.

Nem uns nem outros se podem aceitar acriticamente, sobretudo quando se pretende impô-los como única possibilidade de compreensão-explicação do *modus vivendi* psico-sociológico do urbano e do rural.

Sem dúvida que o mundo rural tradicional manteve traços característicos durante séculos. Mas isso aconteceu antes do período de transformação. Daí, talvez, adjectivar-se de «imobilismo rural». Este «mobilismo» também não é alheio ao urbano, tal como a mobilidade urbana não era desconhecida de todo pelo rural.

Nenhuma sociedade é imóvel no seu todo. Nem mesmo as tecnologicamente atrasadas.

<sup>1</sup> Enzo Mingione-Eurico Pugliese, «A difícil delimitação do Urbano e do Rural: Alguns exemplos e implicações teóricas», in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.º 22 (1987), 83.

<sup>2</sup> Cf. Octávio de Medeiros, «Mundo Rural: Mudança e Desafios», in: *Atlântida*, Angra do Heroísmo, n.º 1-2-3 (1985), 255-285.

Além disso, muitos dos elementos que justificaram a criação dos «tipos-ideais» (extremos dum «continuum») estão a ser profundamente abalados<sup>2</sup>. E, se alguma actualidade conservam, ela reduz-se ao campo metodológico.

Numa sociedade rural como a açoriana, por exemplo, a terra

- já não produz tudo quanto o rural necessita para a sua subsistência;
- não consegue manter o seu trono de senhora-rainha que escravizava os seus súbditos, incapazes que eram de lhe controlar os caprichos;
- deixou de ter o rural prostrado de joelhos aos seus pés sob o peso de uma ferramenta tão precária quanto ineficiente;
- já não consegue fazer com que a agricultura seja um *modo de vida* e não uma profissão.

Alterados que foram estes elementos, outros também se transformam. A família, por exemplo, vai deixando de exercer muitas das suas «funções» que, paulatinamente, vão sendo transferidas para o Estado e para outras Instituições sociais. Hoje fazem parte do léxico rural *conceitos* como: salário, capital, crédito, juro, horário de trabalho, categoria profissional, etc.

A aldeia vai perdendo a condição por que era reconhecida, isto é, o *espaço* onde se desenrolava toda a vida social do rural. E o *controlo social*, de rígido e inevitável, vai-se tornando menos sentido ou, pelo menos, mais suave. Muitos dos lugares que entre nós serviam de «centrais» de controlo e de «agências» da opinião pública rural — lavadouros públicos, barbearias, adro da igreja, etc. — ou desapareceram ou foram profundamente alterados. É caso para se afirmar que as muralhas tradicionais do campo foram der-

rubadas, abriram-se as comportas do dique, e as águas que irromperam levaram no seu caudal muito do *tradicionalismo*, do *conformismo* e do *fatalismo* que caracterizavam a cultural rural. E, tal como acontece após as inundações, surgiram novas formas de vida, uma nova maneira de *ser rural* e de estar no campo.

Era o fim do *período tradicional* e o despontar dum novo período vivido pelo rural a quem bem pouco lugar se tem reservado na análise histórica.

Esta nova etapa surge na sequência da *revolução industrial*. A partir deste marco histórico, as cidades que, passaram a dominar de forma mais determinante o «campo», política, económica e culturalmente, terão de confrontar-se, também elas, com a nova realidade.

A necessidade de mão de obra, consequência daquela revolução, vai gerar o «êxodo rural», entendido aqui, mais como mobilidade territorial, do que profissional<sup>3</sup>. A estes trabalhadores, vão juntar-se também os «notáveis»<sup>4</sup> atraídos pelo investimento nas novas indústrias ou pelo desempenho de cargos de Estado. Depois são os próprios artífices que partem, impossibilitados de, no campo, fazer face à concorrência do «novo mundo» da indústria.

<sup>3</sup> Nas economias antigas praticamente não existia «êxodo agrícola» que não fosse também rural. Actualmente, porém, o *êxodo rural* não é mais do que uma forma de mobilidade social (cf. H. Mendras, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, 1978, 443; C. Barberis, *Sociologia Rurale*, Bologna, 1965, 53-94).

<sup>4</sup> Segundo Mendras, os «notáveis» são os proprietários que não exploravam as terras. Partilhavam a cultura da aldeia, a que pertenciam, embora muitos dos seus interesses estivessem em oposição aos dos camponeses (cf. H. Mendras, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, 1948, 434).

Ficavam apenas os camponeses, cujos filhos tinham também partido para a cidade. O «campo» ficara reduzido na sua população, perdendo, assim, a sua importância e diversidade, condições essenciais para a sua autonomia económica, social e cultural.

Mas, como diz o ditado, «quem parte leva saudades, e quem fica, saudades tem». E esta «saudade» de quem parte gerou uma nova rede de laços sociais. Nova e mais ampla, mesmo que se tivesse de aceitar *ser-outro-em-outro-lugar*. E foi ainda este sentimento que ajudou a derrubar fronteiras territoriais, sociais, económicas e culturais.

Consequência da conjugação destes vários factores, o «campo» vai-se transformando progressivamente, dando origem a um novo tipo de sociedade: a do *agricultor moderno*, com todas as consequências daí derivantes.

O imobilismo dá lugar à aceleração. O equilíbrio do sistema tradicional é quebrado. O tempo necessário à adopção da inovação é encurtado.

O ritmo acelerativo da mudança, que «não se limita a afectar indústrias e nações», vai-se infiltrando profundamente na vida do agricultor moderno<sup>5</sup>.

E essa infiltração «endovenosa» vai transformando o *sentido do tempo*, o *ritmo da vida quotidiana* e a *mundividência do agricultor* que, para sobreviver, terá de responder aos novos desafios provocados pela sociedade técnico industrial.

E nessa adaptação ao *desafio-resposta* ele supera algumas estruturas tradicionais incapazes de responderem às situações criadas por novos desafios. Assim se compreendem algumas das transformações verificadas no nosso meio:

— a terra perde o seu valor mítico transformando-se num *factor de produção*;

<sup>5</sup> Cf. A. Toffler, *Choque do futuro*, Lisboa, 16.

- a máquina e a especialização são necessárias para se poder concorrer (*mentalidade técnica*);
- a natureza é dominada e o agricultor é menos escravo dela;
- produz-se não para a simples subsistência, mas também, e sobretudo, para o mercado (*mentalidade económica*);
- o agricultor e a sua família entram no circuito do consumo de bens não produzidos por eles próprios (*mentalidade consumista*).

Assim, a rigidez do controlo e da estratificação social dá lugar a um alargamento do «desvio» e a uma mobilidade social efectiva <sup>6</sup>.

Com mentalidade económica, técnica, consumista, e com maior possibilidade de mobilidade, o agricultor moderno vê aumentar cada vez mais a influência do seu sector, não obstante a diminuição do peso da população agrícola.

Hoje, o agricultor açoriano tem maior consciência dos seus meios de acção e da sua força económica. Adquire, assim, uma *mentalidade capitalista*. Isto porque, para ele:

- a agricultura é uma actividade profissional;
- a empresa agrícola um negócio;
- o rendimento um objectivo;
- a gratuidade e o serviço-troca uma excepção, ou um «fora de moda»;
- a alegria de viver *do* essencial e *com* o essencial cede lugar ao possuir o máximo, até mesmo o supérfluo.

<sup>6</sup> Nas sociedades camponesas a estratificação era extremamente rígida. A classe social resultava, normalmente, do nascimento. A sociedade agrícola moderna permite uma maior flexibilidade na

### Questionamento da dicotomia

Do que ficou exposto, parece poder-se concluir que o agricultor moderno — no «campo» — está a assimilar, por enculturação, as características próprias da cultura urbana. Assim sendo, a crença na existência de um mundo rural independente, auto-suficiente e hermeticamente fechado sobre si mesmo — *ruralidade* — é cada vez mais um mito.

A urbanização e o mundo rural são cada vez menos um assunto puramente geográfico e cada vez mais um *estado de espírito*<sup>7</sup>. E a *urbanização* não pode continuar a ser considerada como a simples acção da cidade sobre o campo, ou como o acréscimo da população das cidades, mas sim como uma dinâmica que também agarrou o próprio mundo rural, uma como que universalização de um processo que durante muito se circunscrevera e limitara<sup>8</sup>.

Isto não quer dizer que não continuem a prevalecer no «campo» certas tradições, certos comportamentos próprios, uma certa «lógica camponesa» em contraste com a «lógica do mundo industrial e urbano». Mas o inverso

---

estratificação, possibilitando ao indivíduo movimentar-se na escala social. Esta flexibilidade constitui uma das características mais significativas da nossa época (cf. H. Mendras, *o. c.*, 443; G. Scarvaglieri, *Introduzione alla Sociologia*, Roma, 1977, 209-225).

<sup>7</sup> Cf. H. Kotter-M. Emge, «Sociologia Rural e Urbana», in: G. Eisermann, *Sociologia*, Lisboa, 1973, 492.

<sup>8</sup> Cf. J. L. F. Mendes, «Do imobilismo à mudança acelerada nos meios rurais», in: *Análise Social*, Lisboa, 38 (1973), 297. Não podemos dizer que se limitara ao urbano porque isso seria um círculo vicioso. *O urbano não nasceu urbano*. Foi primeiro rural. Só que o processo de urbanização foi demasiado lento e criou a dicotomia agora posta em causa.

é também possível não obstante as sociedades urbano-técnicas serem consideradas como o lugar privilegiado da mudança contínua. Também nestas, enquanto alguns adoptam predominantemente os valores de produção, outros, menos propensos a esta, preferem os valores de reprodução<sup>9</sup>.

Talvez não seja descabido admitir-se um processo evolutivo entendido como o movimento de uma *homogeneidade independente* (campo/cidade), para uma *heterogeneidade integrada*. Neste sentido, o mundo rural e urbano não devem ser considerados como dois *sistemas fechados*, mas como projecções ecologicamente diferentes de um sistema mais vasto em contínua invenção e transformação, num processo de aculturação recíproca.

Esta parece ser a atitude que o sociólogo deve privilegiar: a análise do sistema sobre as suas partes. Sistema que deve ser visto como um todo, um conjunto de partes, não em equilíbrio estático, mas em interacção dinâmica<sup>10</sup>.

A dicotomia rural/urbano que perdurou na análise sociológica (funcionalista e marxista) não foi capaz de explicar o simples no complexo e não conseguiu «dar significado» aos elementos do sistema, pois estes só adquirem significação quando inseridos na totalidade de que fazem parte<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Cf. A. Teixeira Fernandes, *Sociologia e Socio-Lógica*, Porto, 1985, 53. O autor, em vez de valores de produção ou de reprodução, prefere usar o termo *lógica* de produção e de reprodução. Preferimos empregar o termo «valores» já que se trata, no nosso entender, de questões de gosto, de preferências e não de raciocínios exactos com carácter analítico e matemático.

<sup>10</sup> Cf. *idem*, 22; J. L. F. Mendes, *o. c.*, 297-299.

<sup>11</sup> Cf. A. Teixeira Fernandes, *o. c.*, 23.

Com isto queremos dizer que os termos *rural* e *urbano* tornam-se cada vez mais relativos. Com efeito, fala-se hoje de *urbanização*, entendendo-a como a transferência das características da cidade para o campo; fala-se de *ruralização* para significar que também a cidade integra características do campo; e fala-se de *rurbanização* querendo com ela significar a *relação* entre cidade e campo. Este último conceito parece o mais adequado a uma leitura da situação actual. Com efeito, as duas sociedades (subsistemas dum sistema mais vasto) tendem a assemelhar-se sob muitos aspectos. Semelhanças que podem continuar (e continuarão cada mais mais acentuadas) sem que seja necessário sacrificar inutilmente as qualidades que caracterizam o passado e que continuam úteis ao futuro das duas sociedades<sup>12</sup>. E isto sem que seja necessário criar «esteriotipos» de uma ou de outra<sup>13</sup>.

Importante se torna, no entanto, mantermo-nos abertos à «lógica» própria da realidade social. Concebida em termos de sistema, «os elementos que a compõem encontram-se em interacção e em intercorrelação, definindo-se no interior de um espaço que delimita o tipo e o alcance das acções e das relações»<sup>14</sup>.

Daí, o ser ajustado falar-se de «lógica do mundo urbano» e de «lógica do mundo rural», tal como se fala de uma «lógica da sociedade civil» ou de uma «lógica da sociedade religiosa». Com isto apenas queremos afirmar que os indivíduos se comportam em cada sistema em obe-

---

<sup>12</sup> Cf. J. Kolb - E. Brunner, «Il rapporto rurale-urbano», in: C. Stroppa, *Sociologia Rurale*, Milano, 1969, 585-588.

<sup>13</sup> Cf. H. Carrier, «Il manicheismo urbano-rurale: alcuni steriotipi della società felice», in: H. Carrier - E. Pin, *Saggi di Sociologia religiosa*, Roma, 1967, 107-120.

<sup>14</sup> A. Teixeira Fernandes, *o. c.*, 25.

diência a certos princípios que regulam a vida social no seu todo.

Mas a «lógica do sistema» é tanto mais totalizante quanto mais fechado aquele se apresenta. Foi precisamente o que aconteceu no passado — e pode suceder ainda em algumas regiões e/ou tipos de sociedade. Mas, dado os constantes desafios postos às sociedades hodiernas, os sistemas abrem-se constantemente ao exterior (outros sistemas) tornando-se, assim, menos totalizantes, permitindo que se afirmem outras correntes, em conflito ou mesmo em contradição<sup>15</sup>.

Esta possibilidade de circulação de *comunicação-informação* e de resposta leva-nos a aceitar a existência de uma transformação na *configuração existencial* do «rural» e do «urbano», tornando ainda mais adequado o conceito de *rurbanização*<sup>16</sup>.

Vários factores concorrem para esta transformação. Embora não os analisando em pormenor, convém enumerar alguns deles:

- melhoramento da rede viária e aumento dos meios de transporte que, se não anulam por completo as distâncias, reduzem-nas significativamente;
- os meios de comunicação social que, cérebros do homem de hoje, chegam ao lugar mais recôndito, transformando profundamente mentalidades, padrões de vida, usos e costumes ...;

<sup>15</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>16</sup> Temos consciência de que esta mudança na configuração existencial não atinge todas as camadas da população rural com a mesma velocidade e intensidade. No entanto, ela vai-se fazendo sentir por toda a parte, adquirindo mesmo foros de cidadania nas freguesias mais distantes do centro urbano (cf. Octávio de Medeiros, *o. c.*, 274).

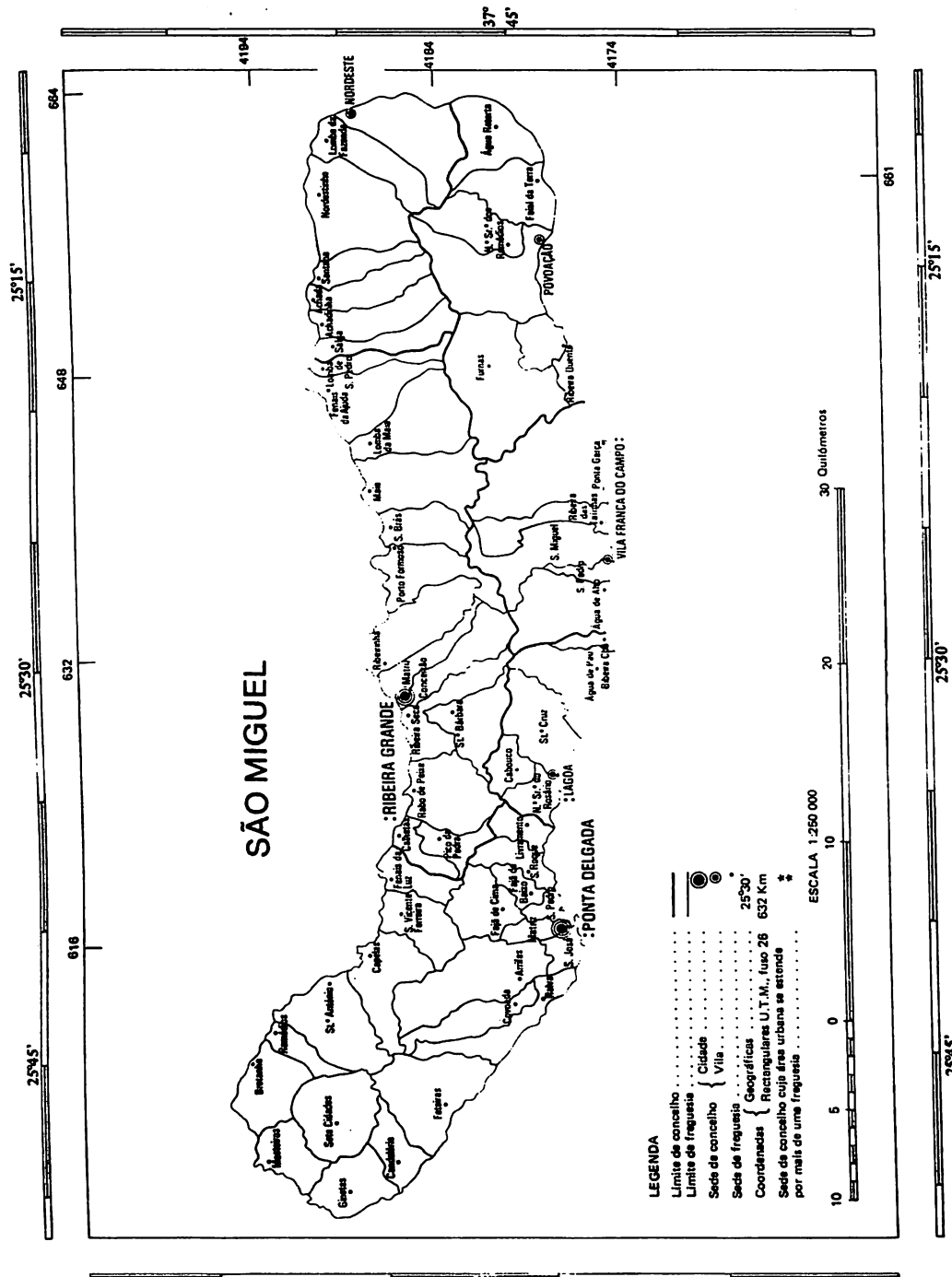
- aumento da escolaridade obrigatória e do número de anos de escolaridade;
- emigração e o permanente relacionamento com familiares nas terras de origem (por carta, por telefone e agora pessoalmente com a facilidade dos vôos Charter);
- a liberdade política do «25 de Abril» e a Autonomia Regional que se lhe seguiu, e a aparente igualdade de posições sociais e possibilidade de *partilhar* decisões que, interessando a todos, eram privilégio duma minoria.

Como resultantes das combinações destes vários factores podemos salientar:

- atenuação do carácter psico-dramático do isolamento;
- pluralismo cultural nos campos social, político e religioso;
- menos rigidez na estratificação e no controlo social; hoje a mobilidade social, intra e intergeracional é um dado adquirido;
- *partilha do poder* e conseqüente tensão intra e interpartidos.

Será caso para se perguntar:

- que resta afinal da tipologia de outrora tão rigidamente dicotómica?
- que é feito do grupo primário com relações interpersonais globais e recíprocas?
- até que ponto o meio rural continua *polivalente* com capacidade de prover, por si só, às diversas necessidades?



- e a *uniformidade, estabilidade e impermeabilidade* que o caracterizavam, mantêm-se acaso inalteradas?
- manterá a família, ainda hoje, a rigidez da concepção-vertical das relações de autoridade?
- e a religião? Será que continua a armar a tenda apenas «no campo»?

Estas e outras interrogações abrem-nos caminho para a compreensão das mudanças que se têm vindo a apurar no espaço urbano objecto deste estudo.

### Espaço Urbano

As interrogações antes levantadas deixam transparecer a nossa convicção de que o rural e o urbano nunca estiveram separados como a água no azeite. A fonteira osmótica entre ambos não joga em sentido único. Se as raízes da cidade mergulham no campo (os dados apontam para aí), este, por sua vez, tem a sua porta virada para a cidade<sup>17</sup>.

No caso vertente, esse espaço urbano é PONTA DELGADA. Embora não tivesse nascido cidade, como capital da ilha, ela tem constituído o principal pólo de atracção da mesma<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Cf. J. Marinho dos Santos, «Ponta Delgada — Nascimento e primeira infância de uma cidade», in: *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978), 33-53.

<sup>18</sup> No dizer do cronista Gaspar Frutuoso, Ponta Delgada «primeiro foi solitário ermo, saudoso lugar e pobre aldeia, e depois pequena vila, a que agora é grande, rica, forte e tão afamada cidade» (Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Liv. IV, vol. II, Ponta Delgada, 1981, 70). Foi elevada a cidade por alvará de D. João III aos 2 de Abril de 1546, cf. *Arquivo dos Açores*, vol. I, 323-324.

Esta atracção, porém, não se exerce sempre do mesmo modo nem pelas mesmas razões. Há os que vivem o dia-a-dia na cidade, mas não se fixam nela. Entre estes, contam-se muitos dos que trabalham nos vários ramos de actividade e serviços da cidade.

*Eu hei-de ir para a cidade  
Que na cidade estou bem  
Na terra em que se nasce  
Nunca se ganha vintém*<sup>19</sup>.

Mas, se esta população tem facilidades e conveniências — económicas e/ou culturais — de proceder deste modo, o mesmo não se poderá dizer da população das localidades mais distantes. Estas, ou quase esquecem a cidade («cidade só por necessidade»), ou vão-se fixando nela aos poucos, dada a impossibilidade, não apenas económica mas também de tempo, de transpor periodicamente a «grande distância».

Não vamos estudar neste momento a maneira como tal fixação se realiza nem as circunstâncias que a caracterizam.<sup>19</sup> Cantiga popular micaelense, referindo-se a Ponta Delgada. (Cf. Carreiro da Costa, «Etnografia da cidade - III», in: *o. c.*, 458).  
riza. Afloramos a questão apenas para afirmar que os «arredores se relacionam com a cidade de modo diferente do das localidades afastadas e de que, por consequência, em tais relações, há razões, não só pessoais e sociais, mas também económicas e políticas»<sup>20</sup>.

Das respostas ao questionário elaborado para este estudo procuraremos captar quais as principais razões que levaram as pessoas a fixar residência na cidade, fazendo dela o centro urbano mais populoso dos Açores<sup>21</sup>.

Não obstante o seu desenvolvimento, Carreiro da Costa considerava-a como sendo uma «aldeia grande».

<sup>20</sup> Cf. Carreiro da Costa, «Etnografia da cidade - IV», in: *o. c.*, 453-456.

<sup>21</sup> Em 1960, Ponta Delgada tinha 13,3% da população da Ilha de S. Miguel; 1970 14% e, em 1981, 14,5%.

A justificação de tal afirmação parecia óbvia ao autor.

Para ele, as ruas da cidade assemelhavam-se a aldeias não apenas no meio físico e nos seus aspectos naturais, mas sobretudo nos modos de ser e de proceder dos seus moradores. E isto porque, todos os que vêm morar para a cidade desejariam viver numa casinha que tenha quintal — que é uma distracção e um amanhã —; uma casa que tenha pátio para o porco, um pelouro para as galinhas e um forno para cozer o pão.

Por estas e outras razões o autor conclui que Ponta Delgada «neste desejo mal contido de se querer viver nela tal como nas povoações rurais, não passa de uma aldeia grande. É certo que, muitas vezes, os que de fora vêm acabam por ser assimilados pela cidade, integrando-se desse modo na sua grande unidade já formada (...). Para Ponta Delgada vem gente de toda a parte da ilha. Ora esta migração (...) contribui sobremaneira para que a cidade nos ofereça autênticos quadros de aldeia»<sup>22</sup>.

Assim se exprimia Carreiro da Costa em 1946, só que de então para cá, mantendo-se embora a migração «de toda a parte da ilha», já não é tão notório o aspecto pitoresco da «cidade-aldeia grande» que o autor então fazia com «quintalejos viçosos, (...) onde a natureza sorri e canta nos vasos de flores» e onde as crianças podiam brincar «como pintos pelas ruas, rente das portas, à vista de quem os cria»<sup>23</sup>.

Aliás, esta linguagem «poética» também já não traduz a realidade do «campo».

Ao longo deste trabalho, penso ter ficado suficientemente claro que o campo não é já sinónimo de ruralidade exclusiva. E, se o campo se transformou profundamente, abrindo-se a uma certa *urbanização*, seria impossível que o urbano permanecesse inalterado.

<sup>22</sup> Cf. Carreiro da Costa, «Etnografia da cidade - VI», in: *o. c.*, 477-481.

<sup>23</sup> Cf. *idem*.

O urbano (cidade) de Carreiro da Costa não parece servir de instrumento válido de análise, assim como também não serve a sua concepção de rural. Não haver na «casa da cidade» lugar para o pátio, nem para o pelouro, nem para o forno onde se possa meter um alqueire de pão depois de bem escaldado, amassado e tendido<sup>24</sup>, não constituirá motivo de angústia para muitos. Também no campo se compra pão sem se saber quem o amassou e qual o *forno eléctrico* que o cozeu.

E a nostalgia do *quintal* também se diluiu no verde das forragens para as vacas, porque *é isso que dá dinheiro* e que constitui, dizem, a nossa maior fonte de riqueza.

Mas apesar de todas as transformações verificadas, a cidade continua a exercer atracção sobre as gentes do campo.

Nem todos vêm pelas mesmas razões. Nem todos movidos pelos mesmos sentimentos de apreço.

Mas vêm, ou por querer (sobretudo os mais novos), ou por «ter-de-ser» (os mais velhos).

<sup>24</sup> Cf. *idem*.

Este querer e/ou ter-de-viver na cidade contribuem, significativamente, para as grandes assimetrias verificadas nas migrações internas da Ilha relativamente aos concelhos que a compõem. Os dados recolhidos nos ficheiros eleitorais das três freguesias que compõem a cidade dão-nos a verdadeira dimensão dessas migrações e dessas assimetrias.

Os quadros são bastante elucidativos da atracção que a cidade exerce sobre a população emigrante dos concelhos da Ilha, incluindo a do próprio concelho de Ponta Delgada que, como se pode verificar, representa 40,6% do total da população maior de 18 anos imigrada em Ponta Delgada.

A seguir ao de Ponta Delgada vem o concelho da Ribeira Grande com 19,7%, e em último lugar está o concelho da Lagoa com apenas 5,3%.

## QUADRO I

Eleitores em Ponta Delgada por sexo e naturalidade  
(Dezembro de 1989)

<i>Sexo / Naturalidade</i> <i>Naturalidade</i>	<i>Fem.</i>	<i>Masc.</i>	<i>Total</i>
VILA FRANCA	333	203	536
RIBEIRA GRANDE	714	525	1.239
LAGOA	221	114	335
NORDESTE	510	383	893
POVOAÇÃO	429	289	718
PONTA DELGADA (rural)	1.372	1.176	2.548
PONTA DELGADA (cidade)	3.984	3.398	7.382
REstantes Ilhas	820	674	1.494
MADEIRA	63	75	138
CONTINENTE	710	927	1.737
EX-COLÓNIAS	172	161	333
ESTRANGEIRO	41	23	64
<b>TOTAIS</b>	<b>9.369</b>	<b>7.948</b>	<b>17.417</b>

## QUADRO II

Total de eleitores inscritos com % sobre a Ilha  
e sobre o total dos imigrados na cidade

<i>Concelhos de naturalidade</i>	<i>Total de</i> <i>eleitores</i>	<i>% sobre</i> <i>total Ilha</i>	<i>% sobre total</i> <i>migrados</i>
PONTA DELGADA (rural)	2.548	40,6	14,6
RIBEIRA GRANDE	1.239	19,7	7,1
LAGOA	335	5,3	1,9
VILA FRANCA	536	8,6	3,2
POVOAÇÃO	718	11,5	4,1
NORDESTE	893	14,3	5,1

Já em 1978, num estudo publicado pelo DREPA, a situação era semelhante. Então, era o concelho de Ponta Delgada o que maior atracção exercia sobre a população emigrante dos restantes concelhos (64,1%), seguindo-se-lhe, a razoável distância, os da Lagoa (11,1%) e Ribeira Grande (10,2%)<sup>25</sup>.

No que se refere à migração interna, a percentagem de mulheres (57%) é superior à dos homens (43%). E isto acontece em todos os concelhos.

Quanto às idades, verificamos que os grupos etários mais significativos são o de 26-35 (25% homens e 22% mulheres) e o de 36-45 (20% homens e 17% mulheres). O grupo menos significativo é o de 75 e mais (6% homens e 11% mulheres).

Comparando o total da população maior de 18 anos emigrada de cada concelho para Ponta Delgada com o total da população residente no mesmo concelho em 1981, obtemos o seguinte quadro percentual:

QUADRO III

% dos eleitores inscritos sobre o total da população dos concelhos

Concelhos de naturalidade	Total	% sobre o total da população concelhos
PONTA DELGADA (rural)	2.548	4,0
RIBEIRA GRANDE	1.239	4,4
LAGOA	335	2,6
VILA FRANCA	536	4,5
POVOAÇÃO	718	8,5
NORDESTE	893	13,1

<sup>25</sup> Cf. DREPA, *Aspectos Demográficos Açores-78*, Angra do Heroísmo, 1981.

Nota-se como o concelho «mais rural» da ilha (o de Nordeste) é o que mais emigra para a cidade — 13,1%, logo seguido do da Povoação — 8,5%. O concelho da Lagoa é o que menos emigra para a cidade — 2,6%. Confirma-se, a nosso parecer, o que atrás tínhamos dito, isto é, nem toda a população da ilha se relaciona com a cidade da mesma forma. E são precisamente os concelhos *mais distantes* do *centro urbano* os que mais emigram para a cidade.

Deste universo escolhemos para objecto de estudo a população maior de 18 anos emigrada na cidade, natural do concelho da Povoação. Esta população representa 11,5% do total.

No que se refere a percentagens por sexo, notamos uma grande desproporção entre o feminino (com 59,7%) e o masculino (com 40,3%).

Quanto aos grupos de idade, as percentagens deste concelho não coincidem com as do total dos emigrados. Com efeito, no sexo masculino o grupo etário mais significativo é o de 56-65 (20,7% sobre o total do sexo masculino) logo seguido do grupo de 66-75 (19%). O menos significativo é o de 18-25 (4,8%).

Quanto ao sexo feminino, mantêm-se as mesmas proporções: grupo dos 56-65 com 19,8% e o de 66-75 com 17%. O menos significativo continua a ser o de 18-25 com 5,4%.

Não fora a emigração para o estrangeiro e ainda alguma migração interna para outros concelhos da ilha — esta em menores proporções — dir-se-ia que algo de diferente estaria a acontecer no concelho em análise. Isto se atendermos aos dados que são agora apresentados e trabalhados em primeira mão.

Com efeito, reagrupando os grupos etários, obteríamos as seguintes percentagens:

O quadro releva que a maior parte da população do concelho da Povoação imigrada em Ponta Delgada — e que representa 8,5% do total da população do concelho — pertence ao escalão dos «mais velhos».

## QUADRO IV

## Grupos etários por %

<i>Grupos etários</i>	%
18-35 anos	17,3
36-55 anos	30,7
56-75 anos	38,0
mais de 75 anos	14,0
Total	100,0

Do que ficou dito, vê-se que alguns elementos podem e devem servir-nos para o quadro de referência geral.

Assim:

— tendo em conta as transformações que se têm vindo a verificar na sociedade açoriana em geral, e mais concretamente na ilha de S. Miguel;

— admitindo que essas transformações atingiram o meio urbano e rural — embora com ritmos diferentes —, alterando, assim, a configuração psico-social dos habitantes da ilha;

— dada a crescente *difusão* duma mentalidade económica, técnica, capitalista e consumista, e dada ainda a facilidade com que essa mentalidade vai sendo adoptada pela maioria dos agricultores modernos, alterando, assim, o seu sentido do tempo, ritmo de vida e mundividência;

— dado que o processo evolutivo que se tem vindo a verificar no nosso meio nos permite falar mais de uma heterogeneidade integrada do que de uma homogeneidade independente;

— dada a grande atracção da cidade sobre o campo e dada a grande mobilidade geográfica e profissional que ultimamente têm caracterizado o nosso sistema social;

— atendendo à grande diversidade de razões e de circunstâncias que fazem dos que vivem na cidade «urbanos livres» e «urbanos sem outro remédio»;

— dado que, nem Ponta Delgada é a «aldeia grande», nem o «campo» o «eutopos» por antonomásia:

muitas interrogações foram aflorando ao nosso espírito e que transformamos em outras tantas hipóteses a servir-nos de orientação.

## Análise e interpretação dos dados

Da análise dos dados colhidos, e tendo em conta algumas das questões que mais interessam ao nosso estudo, será importante salientar:

a) *Anos de permanência na cidade e motivos de saída*

A maioria dos entrevistados (68,8%) vive na cidade há mais de 20 anos. Este facto prende-se, em linha contínua, com os motivos por que deixaram a terra natal:

37,6% por motivos de estudo,  
28,9% para acompanhar a família,  
26,3% à procura de emprego.

Estes dados revelam bem a falta de infra-estruturas escolares, o peso significativo da família e ainda a falta de postos de trabalho, no campo, para uma certa mão-de-obra «especializada».

Facto a salientar é o de serem elementos do sexo masculino os que mais *migram* por motivos de estudo e

os que ficam a viver na cidade por terem conseguido emprego após os estudos<sup>26</sup>.

b) *Integração no meio*

No que respeita à integração no meio citadino, 81,8% considera que foi fácil, enquanto 18,2% manifestou opinião contrária. Os motivos que mais concorreram para a facilidade na *integração* foram os seguintes (em percentagem decrescente):

Motivos	%
Boa adaptação à nova situação (emprego, escola, família, amigos) . . . . .	77,7
Bom acolhimento de familiares e amigos . . . . .	63,5
Por ter conseguido emprego e habitação . . . . .	33,3
Pela participação em grupos secundários (recreativos, culturais, religiosos) . . . . .	22,2
Por ter sido a concretização de um sonho . . . . .	19,0

Não deixa de ser significativa a percentagem atribuída à *boa adaptação a novas situações* e ao *bom acolhimento de familiares e amigos*. Este último motivo, traduzindo embora uma «necessidade» de todo o ser humano, é muito mais sentido pelo rural habituado a uma subcultura em que o conhecer e ser conhecido e o acolhimento é parte constitutiva do seu *ethos*. O mesmo já não seria de esperar da adaptação a novas situações atendendo a que o rural vivia circunscrito a um mundo pouco agressivo e concorrencial e com baixa empatia.

<sup>26</sup> Pensamos que o facto de, no campo, as raparigas serem «destinadas» para a vida da casa e os rapazes para o trabalho, possa ajudar a explicar estes dados.

Os 18,2% que não consideraram fácil a sua integração, apresentaram como razões principais o facto de *não conhecerem ninguém que lhes desse apoio* (71,4%), a *difícil adaptação às novas situações* (escola, emprego, família, amigos) — 57,1% e a *desilusão* com a realidade citadina (50%). Outros motivos não especificados também foram referidos pelos entrevistados (42,8).

Ainda relativamente a este item — **INTEGRAÇÃO** — é significativa a diferença percentual por sexos:

Categorias	Masc. %	Fem. %
Fácil	65,7	92,9
Difícil	34,3	7,1
Total	100,0	100,0

Os entrevistados do sexo feminino foram os que melhor se integraram na vida da cidade. Este facto não deve ser considerado desconcertante, pois são as mulheres as que mais sentiam (e sentem) o peso do controle social no campo. Talvez por isso, e dado que a cidade lhes proporciona maior liberdade de movimentos e de expressão, sejam elas as que mais apreciam esta conquista de «liberdade», e melhor se adaptam ao novo estilo de vida, mesmo sendo as mais sacrificadas, na maioria dos casos. Referimo-nos, sobretudo, àquelas que têm de conciliar a vida profissional com as obrigações familiares, situação que, no campo, não se colocava com grande acuidade.

c) *Participação na vida social*

Relativação à *integração*, a grande maioria havia manifestado opinião positiva e, neste sentido, mais o sexo feminino que o masculino. Mas quando interrogados sobre

se participavam na vida social da cidade as percentagens revelam-se bastante diferentes.

<i>Categoria</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Participa	68,6	59,5
Não participa	31,4	40,5
Total	100,0	100,0

Como se pode verificar pela leitura do quadro, são os homens que mais dizem participar, contrariamente ao que acontecia quanto à facilidade de integração, em que a percentagem do sexo feminino era muito superior.

Os que dizem participar, como o fazem?

<i>Items</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Fazendo parte do Círculo de Amigos com festas particulares . . . . .	41,6	40,0
Participando em acontecimentos de nível social (bailes, teatro, espectáculos) . . . . .	29,2	24,0
Como membros de grupos de cariz religioso	12,5	40,0
Frequentando locais de lazer e de divertimento, bem como «vida nocturna» . . . . .	33,3	0,0

Da leitura do quadro podemos inferir que as «razões» de como participam são pouco «urbanas», sugerindo a presença de uma certa ruralização, mesmo vivendo em meio urbano. Assim, parece pouco real a integração no «urbano». Ambos os sexos privilegiam, uma vez mais, o círculo de amigos (sucedâneos dos vizinhos?). A pertença a grupos religiosos, para o sexo feminino, encontra-se em

paridade com o 1.º, seguindo-se-lhe, a distância significativa, a participação em «acontecimentos sociais». A «vida nocturna», não sendo mencionada por nenhum elemento do sexo feminino, ocupa o 2.º lugar nas razões dadas pelo sexo masculino.

#### d) *Relações com o campo*

Dos entrevistados, 100% mantêm relações com a sua terra de origem (concelho da Povoação), embora nem todos o façam com a mesma frequência.

<i>Categoria</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Frequentemente	68,0	59,4
Raramente	32,0	40,6
Nunca	0,0	0,0
Total	100,0	100,0

São os homens que mais frequentemente se relacionam com o campo (68,0%), e os que mais participam em actividades da freguesia, quando lá vão (20,0%). As mulheres são as que mais dizem nunca participarem (71,8% para 52% dos homens).

<i>Categorias</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Muitas / algumas vezes	20	9,4
Raramente	28	18,7
Nunca participam	52	71,9
Total	100	100,0

Os motivos por que uns e outros vão à «sua terra de origem» têm percentual diferente para os dois sexos. Assim, enquanto para as mulheres as *festas familiares* constituem o motivo principal da sua deslocação (50%), os homens apontam mais o *visitar a família* (amigos) (52,%), colocando em 2.º lugar as festas familiares (48%). Ir por *saudades do campo* é motivo mais sentido pelas mulheres do que pelos homens (46,8 e 36% respectivamente). O campo como lugar de *passar férias* foi o menos valorizado por ambos os sexos.

Apenas os homens acrescentaram outros motivos (12%), entre os quais o «tratar de assuntos da vida».

<i>Motivos da relação</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Festas religiosas e populares . . . . .	36,0	46,8
Festas familiares (casam., baptiz., aniversários)	48,0	50,0
Saudades do campo . . . . .	36,0	46,8
Passar férias . . . . .		34,3
Visita a familiares e amigos . . . . .	52,0	46,8
Outros motivos . . . . .	12,0	0,0

O meio de transporte usado para as deslocações é, normalmente, o *carro próprio*. No entanto, o *autocarro* é ainda usado por 15,6% das mulheres.

O alojamento no campo não constitui problema para os entrevistados, pois ou possuem *casa própria* — 8% dos homens e 18,7% das mulheres, ou encontram aberta a porta da *casa dos familiares* — 92% dos homens e 81,2% das mulheres.

#### e) *Desenvolvimento no campo*

Vivendo na cidade há bastante tempo, e deslocando-se ao campo com alguma frequência, é de prever que tenham

uma percepção do desenvolvimento verificado no campo, desde a sua vinda para a cidade.

<i>Categorias</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Desenvolveu-se muito	40,0	21,9
Desenvolveu-se pouco	56,0	62,5
Não se desenvolveu nada	4,0	15,6
Total	100,0	100,0

Os homens têm uma visão mais optimista acerca do grau de desenvolvimento operado no campo, contrariamente à opinião manifestada pelas mulheres. Estas, com efeito, percentuaram o *pouco* e o *nada* com maior intensidade.

Esta percepção sugere-nos a seguinte leitura. Sendo as mulheres que mais «beneficiam» das vantagens da urbanização, é natural que julguem o desenvolvimento do campo como *pouco* ou *nada* satisfatório. Os homens, por seu lado, beneficiando menos daquelas vantagens, e encontrando no campo maiores facilidades para o seu «estilo de vida» sentem de modo diferente o desenvolvimento verificado.

Por outras palavras, parece-nos poder inferir que a diferente avaliação se compreende pelo facto de a mulher o referenciar mais à casa (tecnologia doméstica) e às «liberdades» conquistadas, enquanto o homem mais voltado para o exterior e gozando de um outro «estatuto social» o percebe de modo diferente. Neste sentido, o desenvolvimento no campo, mesmo real, não contempla de igual modo o homem e a mulher.

Analisando os aspectos que apontam como indicadores do desenvolvimento, talvez consigamos compreender melhor a diferente avaliação manifestada.

<i>Items</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Construção de vias de comunicação e melhoria na rede de transportes . . . . .	60,0	40,6
Desenvolvimento de novas actividades recreativas e de lazer . . . . .	28,0	25,0
Criação de novas infra-estruturas no campo educacional e cultural . . . . .	40,0	40,6
Melhoria do nível de vida . . . . .	72,0	64,0
Construção de novas casas e/ou melhoria das existentes . . . . .	64,0	31,2
Melhoria e aumento de serviços prestados à comunidade . . . . .	36,0	15,6
Maior abertura a certas inovações provenientes do exterior . . . . .	56,0	50,0

Como se pode deduzir do quadro apresentado, a ordem gradativa dos itens é diferente para ambos os sexos, exceptuando o 1.º lugar atribuído por ambos à *melhoria do nível de vida* (melhores condições sanitárias, aumento de oferta e maior variedade de produtos de consumo, etc.). Mas se há unanimidade quanto a este aspecto, já o mesmo se não verifica quanto aos demais. A *mudança de mentalidade*, manifestada numa maior abertura a inovações vindas do exterior, foi percentuada em 2.º lugar pelas mulheres e em 4.º lugar pelos homens que preferiram dar o 2.º lugar aos aspectos relacionados com a construção civil (novas casas ou melhoria das existentes).

Não deixa de ser interessante relevar a baixa percentual atribuída à *prestação de serviços* (bancos, correios, hospitais, farmácias...) — 6.º lugar para ambos —, bem como ao desenvolvimento de novas actividades recreativas e de lazer.

f) *Factores de desenvolvimento*

Depois de termos visto quais os aspectos mais salientes do desenvolvimento percebido pelos entrevistados, torna-se importante indagar *a que se deve este desenvolvimento*.

<i>Items</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Influência campo/cidade/campo . . . . .	29,2	29,6
Abertura do campo à cidade . . . . .	20,8	37,0
Migrações . . . . .	62,5	66,6
Meios de comunicação . . . . .	62,5	51,8
Melhoria na rede viária e transportes . . . . .	54,2	33,3
Outros . . . . .	25,0	0,0

Contrariamente ao que verificamos quanto à percepção do desenvolvimento no campo, existe maior unanimidade quanto aos factores que terão influenciado aquele. Assim, homens e mulheres são de opinião que as *migrações*, funcionando como veículos de novos valores, ideias, técnicas, hábitos, etc., são o factor mais importante, logo seguido da *acção dos meios de comunicação*. No entanto, enquanto para os homens a *melhoria na rede viária e de transportes* foi considerada também bastante importante (3.º lugar), as mulheres preferiram dar o 3.º lugar à *maior abertura do campo em relação à cidade*.

Com esta posição, parece quererem confirmar serem elas as que mais têm sentido a abertura, já que no passado, eram as mais «penalizadas» pela não abertura. Os homens, por seu lado, sempre tiveram maior liberdade de movimentação. Talvez por isso não valorizem do mesmo modo este factor, remetendo-o para 5.º lugar.

Após o pronunciamento acerca do desenvolvimento do campo e dos factores que mais concorreram para ele, será que alguma vez *pensaram regressar definitivamente ao campo* (concelho de Povoação)?

<i>Categoria</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Sim	24,0	9,7
Não	76,0	9,3
Total	100,0	100,0

Não há dúvida de que são as mulheres as mais agarradas à cidade. Será que isto indicia medo de perder o que se alcançou a custo? Será que isso traduz uma resposta aos motivos que as levaram a abandonar o campo? Ou será indicativo dum certo «maternalismo» ou familismo latente? Para nos ajudar a compreender o porque das respostas, nada melhor do que analisar as razões aduzidas para o não regresso definitivo à terra de origem. Eis os porquês mais significativos:

<i>Items</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Mesmo actualmente, a freg. não me pode proporcionar o mesmo género de vida da cidade	58,0	46,4
São poucos os laços de amizade que tenho na freguesia . . . . .	52,6	42,8
Voltar a fazer uma vida rural não me realiza	31,5	39,3
Apesar do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, é ainda acentuada a distância entre o campo e a cidade . . . .	31,5	32,1

Pela 1.<sup>a</sup> vez existe unanimidade entre os sexos na ordenação das razões, embora com diferenças percentuais.

O 1.<sup>o</sup> lugar dado ao *género de vida* está em conformidade com a grande percentagem dos que disseram que NÃO pensaram regressar definitivamente à sua freguesia de

origem. Logo de seguida, encontramos o peso da *amizade*, o tal conhecer e ser conhecido, de que já falamos.

O 3.<sup>o</sup> lugar está em relação com o 1.<sup>o</sup>, já que ambos se referem ao *género de vida*. O 4.<sup>o</sup> lugar dado à *distância* tem a sua razão de ser atendendo a que o concelho de Povoação é o 2.<sup>o</sup> em distância relativamente ao centro urbano (Ponta Delgada) e sabendo nós que, os meios de transporte, encurtando embora as distâncias, não as eliminam.

Não deixa de ser interessante notar terem sido as mulheres que, entre os motivos menos significativos, ainda apontaram o gosto pela vida agitada da cidade (21,4% para 10,5% dos homens).

Parece que, neste sentido, nota-se alguma transformação na configuração psico-social da mulher. Aliás, mesmo para as que afirmaram ter pensado regressar à freguesia, não foram as saudades da terra, nem o gosto pela vida rural que mais pesaram. Foram, sim, a facilidade de transportes que permitem viver com um pé debaixo da árvore e outro no asfalto. O mesmo não se poderá afirmar dos homens que, como razões do regresso, aduziram as saudades da terra e o sentirem a falta sentida da amizade que, no campo, as pessoas lhes proporcionavam.

#### g) *Modo de relação campo-cidade*

Como prospectivam as «barreiras» cidade-campo? Tenderão a diminuir? Permanecerão as mesmas? Será que vão aumentar? Esta foi uma das questões colocadas aos nossos entrevistados, cujas opiniões registamos. Ei-las:

Como se depreende da leitura do quadro, ambos os sexos estão de acordo quanto ao futuro das «barreiras» cidade/campo, embora com peso percentual diferente para cada item.

A opinião mais generalizada é de que as «barreiras» tenderão a diminuir.

<i>Items</i>	<i>Masc.</i> %	<i>Fem.</i> %
Tenderão a diminuir devido ao avanço da tecnologia, a um desenvolvimento dos transportes e consequente melhoria do nível de vida . .	65,2	60,0
O aumento do fluxo de pessoas do campo para a cidade, e vice-versa, tenderá a diminuir, progressivamente, as diferenças entre os dois meios . . . . .	47,8	36,6
O «modus vivendi» citadino tenderá cada vez mais a alastrar-se ao mundo rural . . . .	39,1	46,6
A complexidade da vida citadina e os seus aspectos negativos (stress, poluição, aumento populacional, etc.) fará com que os cidadãos valorizem cada vez mais a vida rural . . .	47,8	56,6
As barreiras culturais, sociais e económ., serão cada vez maiores entre o campo e a cidade	26,0	0,0

Este processo, porém, será influenciado por vários factores, dos quais salientam:

— o avanço da tecnologia, dos transportes e a melhoria de vida (1.º lugar, para ambos, embora mais percentuado pelos homens);

— a maior complexidade de vida na cidade (*stress*, poluição, agitação, aumento populacional), percentuada em 2.º lugar pelos dois sexos, ainda que com maior peso percentual para as mulheres;

— uma rurbanização mais acentuada, ou seja, uma tendência sempre maior por parte dos rurais em adoptar o «modus vivendi» dos cidadãos (3.º lugar para os homens);

— o aumento migratório entre campo-cidade-campo, como factor importante de aproximação entre os dois meios,

foi colocado em 2.º lugar pelos homens e em 4.º pelas mulheres;

— a opinião de que o distanciamento económico, cultural e social entre campo/cidade é cada vez maior, apenas foi referida pelos homens, e em último lugar.

Dos dados em análise, as mulheres parecem mais optimistas quanto ao desmoronamento das «barreiras», indicando uma tendência mais pronunciada pela aceitação de um «continuum» ou, se preferirmos, por uma heterogeneidade integrada.

#### Considerações finais

Preferíamos evitar conclusões finais definitivas, pois um trabalho desta natureza nunca será completo. Optamos, assim, por apresentar algumas considerações que possam servir de contributo para um possível quadro teórico.

1. Não obstante todas as infra-estruturas criadas na ilha após a implantação do regime democrático e consequente AUTONOMIA REGIONAL, o meio urbano continua a ser pólo de atracção, funcionando psico-sociologicamente como o «eutopos» para uma grande parte dos habitantes do campo.

2. Pelos dados da amostra se depreende que parece segura a verificação de que a migração para Ponta Delgada tem vindo a diminuir nos últimos anos. Seria interessante, porém, indagar-se sobre os motivos de tal facto.

Será que a «imitação» que o campo faz da cidade, sobretudo no que se refere ao *estilo de vida*, consequência do melhor nível de vida (económico), está a estancar esta hemorragia?

Será que a emigração que sempre tem caracterizado este concelho (o da Povoação) consegue ser quantitativamente superior à migração interna verificada?

Ou será que a migração continua, mas agora mais ao nível da idade escolar (10.º, 11.º, 12.º anos e universidade) e com pessoas que *não mudam* o seu local de recenseamento eleitoral?<sup>27</sup>

Segundo os dados colhidos, a maior parte (37,6%) deixa a sua terra natal por *motivos de estudo* ou para acompanhar a família (28,9%). Neste acompanhamento estão incluídos, também, os motivos de estudo, segundo conseguimos apurar das entrevistas.

E se, em tempos mais remotos (20 ou 30 anos), era necessário deslocarem-se à cidade para frequentar o 1.º ano (hoje 5.º ano de escolaridade), actualmente, apenas os que desejam prosseguir os estudos têm tal necessidade, pois existe escolaridade no concelho até ao 9.º ano.

3. O «estado de espírito» da urbanização parece funcionar no nosso tipo de análise. Isto porque, normalmente, as pessoas não só sentiram satisfação ao ingressar neste «novo mundo geográfico», como manifestaram ter sido fácil a sua integração (81,8%), sobretudo pelo modo como se adaptaram às novas situações encontradas.

O desejo de regressar definitivamente ao campo é pouco significativo (24% para os homens e 9,7% para as mulheres), não obstante 100% dos entrevistados manterem mais ou menos intensas relações com a sua terra de origem.

---

<sup>27</sup> Convém lembrar que para este trabalho servimo-nos dos ficheiros de recenseamento eleitoral das três freguesias da cidade. Assim, pessoas oriundas do concelho de Povoação que vivam em Ponta Delgada, mas que não mudaram o seu local de voto (recenseamento), não estão abrangidas nestes dados.

4. Um facto revelador da força da dimensão emotiva na vida do grupo entrevistado ficou bem expresso nas respostas tanto no que se refere à dificuldade de integração como à frequência de relações com o «campo».

Referimo-nos concretamente à «necessidade de conhecer e ser conhecido» e a saudade do campo, dos parentes que lá vivem e dos amigos que lá ficaram.

Este parece-nos ser um dos pontos importantes a explorar em investigações ulteriores.

Hipotizava-se que a adaptação ao meio urbano fosse facilitada pelo que mais caracteriza aquele meio: anonimato, liberdade de movimentação, pertença a grupos secundários, maior mobilidade profissional, etc.

Os dados, porém, reflectindo embora algo que aponta nesse sentido, relevam outras situações bem diferentes. Isto porque a maioria restringe a sua vida social ao «círculo de amigos», ou grupos de cariz religioso (40% das mulheres).

Será que estes dados revelam uma defesa do *quadro identificador* da pessoa humana, característico da sociedade rural?

Ou serão um indicador de que a distância entre campo e cidade não é tão acentuada (homogeneidade independente), comportando, assim, uma certa *rurbanização* (heterogeneidade integrada) em interacção dinâmica?

5. Algumas diferenças significativas relativamente à variável sexo não só devem ser aqui mencionadas, como poderão ser aproveitadas para hipóteses em trabalhos futuros.

Foram as mulheres as que melhor se integraram na cidade e mais se adaptaram ao novo estilo de vida. E, em contrapartida, as que menos se relacionam com o campo e menos pensam regressar a ele definitivamente.

Estes dados, no entanto, não coincidem com o grau de participação delas na vida social da cidade. Parece-nos, pois,

lícito deduzir ser a família, os amigos (antes vizinhos), e a religião, por um lado, e as maiores facilidades de acesso aos bens de consumo (as *comodidades* na vida da casa), por outro, factores importantes para a *compreensão-explicação* de algumas das diferenças percentuais verificadas.

Daqui se infere que o sentido de integração, para elas, não coincide com participação.

Além disso, e socorrendo-nos de um ditado popular segundo o qual «quem muito aperta pouco arrocha», talvez estejamos perante uma reacção contra o carácter deficiente e discriminatório da socialização presente na cultura dominante. Será isto um grito de «libertação do oprimido»?

6. Opinião que mereceu grande consenso foi o das relações campo-cidade.

Significativo e digno de registo é o consenso manifestado quanto ao futuro das relações campo-cidade e que, quanto a nós, parece confirmar o que antes teorizámos. Isto é, as duas realidades são percebidas como sistemas abertos, menos totalizantes, onde a recíproca aculturação é cada vez mais notória e a *rurbanização* sempre mais significativa.

Fica-nos no entanto a dúvida se será o *campo* (concelho de Povoação) a beneficiar desta perspectiva, enriquecendo-se social, cultural e economicamente, ou se continuará o estrangeiro a ser o «eutopos» para a concretização das aspirações e expectativas da população do concelho, mormente dos jovens.